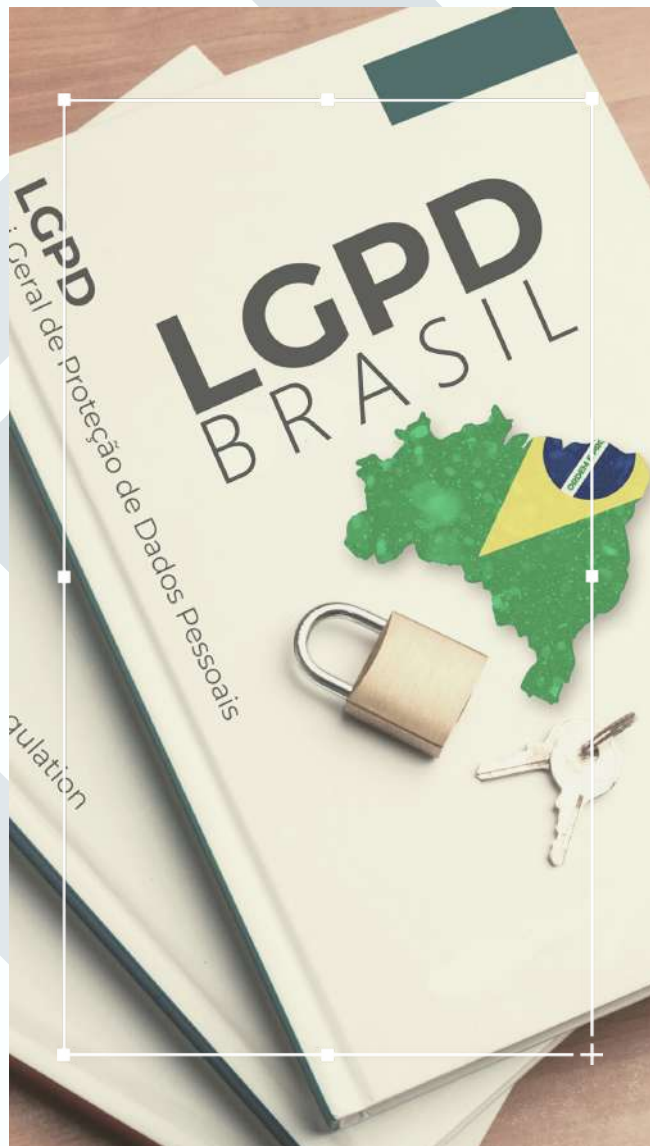




POLÍTICA DE PRIVACIDADE E TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE SALINAS – MG



Em cumprimento à Lei nº 13.709/18, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, bem como ao Provimento nº 134/2022/CNJ, nós, do **Cartório de Registro de Imóveis de Salinas - MG** apresentamos a presente **Política de Privacidade e Tratamento de Dados Pessoais**.

Esta Política descreve as principais regras sobre o tratamento dos seus dados pessoais quando te atendemos pessoalmente na Serventia ou por meio dos nossos canais de atendimento (e-mail, telefone e whatsapp). Antes de acessar e/ou usar os nossos serviços, leia atentamente nossa Política e tenha certeza de compreender plenamente quais dados pessoais coletamos, como e para que os tratamos e como você pode ter o controle disso.

OBJETIVO

Nossa Política tem como objetivo principal demonstrar nosso compromisso e transparência para com você, titular de dados, seja usuário do nosso serviço, candidato à vaga de emprego ou colaborador/parceiro.

DADOS

CONTROLADOR

Cartório de Registro de Imóveis de Salinas - MG

Oficial: João Eustáquio Borborema

Endereço: Rua João Ribeiro, 07, Centro

CEP: 39560-000 - Salinas/MG

Telefone: (38) 3841-1939

E-mail: risalinasmg@gmail.com

ENCARREGADO DE DADOS

Yuri Edgard Vasconcelos Mendes Borborema

Endereço: Rua João Ribeiro, 07, Centro

CEP: 39560-000 - Salinas/MG

E-mail: yuriborboremarisalinas@gmail.com





DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS E DOS PRINCÍPIOS QUE OS NORTEIAM

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) considera, em seu artigo 5º, X, tratamento de dados como “toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração”.

Durante a consecução dos nossos serviços registrais é indispensável que tratemos dados pessoais, seja na coleta, no processamento, armazenamento, arquivamento, compartilhamento nos casos legais e/ou eliminação dos dados não mais necessários. Todo o tratamento realizado pelo Cartório de Registro de Imóveis de Salinas - MG segue a risca as determinações legais pertinentes à proteção de dados, bem como possui medidas técnicas de gestão e segurança da informação.

Ademais, no tratamento de seus dados pessoais, agimos com boa-fé e seguimos os princípios norteadores presentes na LGPD, a saber:

FINALIDADE

Todo o tratamento de dados pessoais realizados pela Serventia tem propósito legítimo, específico, explícito e informado ao titular, não desviando a sua finalidade;

ADEQUAÇÃO

Todo o tratamento é compatível com as finalidades informadas ao titular e de acordo com o contexto do tratamento;

NECESSIDADE

Somente coletamos os dados pessoais mínimos necessários para a realização das finalidades que são impostas pelas legislações específicas;

LIVRE ACESSO

Garantimos, aos titulares, a consulta facilitada e gratuita sobre o tratamento de seus dados pessoais através do contato com o nosso encarregado de dados, seja por e-mail, seja solicitando diretamente na Serventia. Esclarecemos que, nos termos do art. 20 do Provimento n. 134/2022/CNJ, a gratuidade do livre acesso dos titulares de dados é restrita aos dados pessoais constantes nos sistemas administrativos da Serventia, não abrangendo os dados próprios do acervo registral e não podendo, em qualquer hipótese, alcançar ou implicar a prática de atos inerentes à prestação dos serviços registrais dotados de fé-pública;

QUALIDADE DOS DADOS

No serviço que prestamos não só é necessário como também indispensável a qualidade dos dados pessoais, dessa maneira, o titular de dados não só tem direito, como prezamos pela exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados, de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade de seu tratamento;

TRANSPARÊNCIA

Na consecução dos nossos serviços agimos sempre baseados na boa-fé e na transparência com nossos usuários, colaboradores/parceiros e demais titulares de dados pessoais. Dessa maneira, buscamos dar informações claras e precisas, bem como facilitar o acesso ao tratamento realizado;

SEGURANÇA

Utilizamos na Serventia medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão. Contamos com empresa parceira de tecnologia da informação para garantir a segurança de seus dados pessoais;

PREVENÇÃO

A Serventia adota medidas para prevenir a ocorrência de danos em virtude do tratamento de dados pessoais, revisando seus sistemas e políticas, atualizando-os sempre que necessário;

NÃO DISCRIMINAÇÃO

Nossa Serventia preza pela diversidade e inclusão, dessa maneira, nenhum dos dados pessoais tratados na Serventia são utilizados para fins ilícitos ou abusivos;

RESPONSABILIZAÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS

Somos capazes de demonstrar a você, titular de dados, bem como aos órgãos de fiscalização, a adoção de medidas eficazes e o cumprimento das normas de proteção de dados pessoais.



DO TITULAR DE DADOS PESSOAIS

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) traz no inciso V de seu artigo 5º, que o titular de dados pessoais é a “pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento”.

No que tange ao tratamento realizado pelo Cartório de Registro de Imóveis de Salinas - MG, temos como titulares de dados: os usuários dos nossos serviços, os colaboradores contratados, os colaboradores parceiros pessoas físicas e os candidatos à vaga de emprego.



DADOS PESSOAIS QUE COMPARTILHA CONOSCO E COM QUE FINALIDADE COLETAMOS:

Os seus dados pessoais poderão ser coletados quando você utiliza um dos nossos serviços, quando interage conosco em um de nossos canais de atendimento ou mesmo quando se candidata ou passa a fazer parte do nosso corpo de trabalho, da seguinte maneira:

Atividade de Tratamento	Titular de Dados	Dados Tratados	Finalidade	Base Legal
Atendimento presencial para prática dos diversos atos registrais	Usuário	A depender do ato, de acordo com a legislação específica, podem ser tratados os seguintes dados: Nome completo; nacionalidade; naturalidade; estado civil; RG; CPF; profissão; filiação; data de nascimento; data de óbito; existência de união estável; regime de bens; endereço; e-mail; telefone.	Garantir a publicidade, autenticidade, segurança e eficácia dos atos jurídicos praticados.	Art. 7º, inciso II, da Lei n. 13.709/18 (LGPD) - cumprimento de obrigação legal ou regulatória; (Provimento n. 93/2020/CGJ MG; Lei n. 6.015/73; Provimento n. 61/2017/CNJ; Provimento nº 65/2017/CNJ; Provimento n. 88/2019/CNJ; Lei nº 4.591/64; Lei nº 6.766/79; Lei nº 13.465/17; Decreto nº 9.310/18; Código Civil; Código Processual Civil).

Atividade de Tratamento	Titular de Dados	Dados Tratados	Finalidade	Base Legal
Atendimento eletrônico para prática dos diversos atos registrais	Usuário	A depender do ato, de acordo com a legislação específica, podem ser tratados os seguintes dados: Nome completo; nacionalidade; naturalidade; estado civil; RG; CPF; profissão; filiação; data de nascimento; data de óbito; existência de união estável; regime de bens; endereço; e-mail; telefone.	Atender os cidadãos de forma remota para garantir a publicidade, autenticidade, segurança e eficácia dos atos jurídicos praticados.	Art. 7º, inciso II, da Lei n. 13.709/18 (LGPD) - cumprimento de obrigação legal ou regulatória; (Provimento n. 93/2020/CGJ MG; Lei n. 6.015/73; Provimento n. 61/2017/CNJ; Provimento n. 65/2017/CNJ; Provimento n. 88/2019/CNJ; Lei n. 4.591/64; Lei nº 6.766/79; Lei nº 13.465/17; Decreto nº 9.310/18; Código Civil; Código Processual Civil)

Atividade de Tratamento	Titular de Dados	Dados Tratados	Finalidade	Base Legal
Contato WhatsApp e e-mail	Usuário	Os usuários podem necessitar enviar alguma documentação para o Cartório, neste caso pode constar, a depender do ato/documento: Nome completo; CPF; RG; nacionalidade; naturalidade; data de nascimento; data de óbito; filiação; estado civil; existência de união estável; regime de bens; profissão; endereço; e-mail; telefone.	Atender as demandas advindas dos usuários, dirimindo suas dúvidas e melhor os informando.	Art. 7º, II e IX, da Lei n. 13.709/18 (LGPD) - cumprimento de obrigação legal ou regulatória e legítimo interesse; Art. 4º e art. 30, II, da Lei n. 8.935/94.
Contato site	Usuário	Nome; e-mail; telefone; cookies.	Atender as demandas advindas dos usuários, dirimindo suas dúvidas e melhor os informando.	Art. 7º, II e IX, da Lei n. 13.709/18 (LGPD) - cumprimento de obrigação legal ou regulatória e legítimo interesse; Art. 4º e art. 30, II, da Lei 8.935/94.

Atividade de Tratamento	Titular de Dados	Dados Tratados	Finalidade	Base Legal
Recepção de currículos	Candidatos à vaga de emprego	Os dados podem variar de acordo com o que cada candidato encaminhar, podendo conter os seguintes dados pessoais: Nome completo; data de nascimento e/ou idade; profissão; endereço; e-mail; telefone; foto.	Recepcionar os currículos dos candidatos à vaga de emprego.	Art. 7º, I, da Lei n. 13.709/18 (LGPD) - mediante o fornecimento de consentimento pelo titular.
Monitoramento por câmeras de vigilância	Usuários/ Colaboradores / Parceiros/ Terceiros que adentrem o Cartório	Imagem sem áudio – sem finalidade de identificação (retida pelo prazo de até 30 dias, sem possibilidade de recuperação).	Garantir a segurança de colaboradores e usuários, bem como das documentações e ativos do Cartório	Art. 7º, VII e IX, da LGPD - para proteção da vida ou da incolumidade física e para legítimo interesse.
Canal de Atendimento do Titular de Dados Pessoais do Cartório - e-mail do DPO/presencial	Usuários/ Colaboradores / Parceiros	Nome completo; CPF; e-mail e/ou telefone.	Assegurar o direito dos titulares de dados pessoais	Art. 7º, II, da Lei n. 13.709/18 (LGPD) - cumprimento de obrigação legal ou regulatória; Art. 18 da LGPD. Art. 6º, VII, Provimento n. 134/2022/CNJ

Atividade de Tratamento	Titular de Dados	Dados Tratados	Finalidade	Base Legal
Canal de Atendimento do Titular de Dados Pessoais do Cartório - Site (https://www.registrodeimoveis.org.br/lgpd)	Usuários/ Colaboradores / Parceiros	São obrigatórios os seguintes dados: nome completo; CPF; nome completo da mãe; data de nascimento; e-mail; telefone.	Assegurar o direito dos titulares de dados pessoais	Art. 7º, II, da Lei n. 13.709/18 (LGPD) - cumprimento de obrigação legal ou regulatória; Art. 18 da LGPD. Art. 6º, VII, Provimento n. 134/2022/CNJ
Gestão de funcionários/ parceiros (admissão; demissão; afastamento por doença; salário-família; pagamento de salários; contratação de serviços; etc.)	Colaboradores	Pode haver a coleta dos seguintes dados: Nome completo; CPF; RG; nº da CTPS; nº PIS; nº título de eleitor; data de nascimento; estado civil; raça/etnia; endereço residencial; telefone; foto; escolaridade; atestado de saúde ocupacional; nome dos filhos menores de 14 anos; carteira vacinação dos filhos menores de 6 anos; comprovante de frequência escolar dos filhos entre 7 e 14 anos.	Cumprir com as obrigações trabalhistas e contratuais.	Art. 7º, incisos II e V, e art. 11, inciso II, alíneas "a" e "d" - cumprimento de obrigação legal ou regulatória e execução de contrato; (Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; Consolidação das Leis do Trabalho - CLT; Portaria MTE n. 41/2007; Portaria SEPRT n. 1.195/2019; Lei n. 8.213/91; Decreto n. 8.373/2014; Lei n. 6.05/49; NR 07 do Ministério do Trabalho; Lei n. 14.553/2023).



COM QUEM COMPARTILHAMOS SEUS DADOS PESSOAIS:

Se você é usuário dos nossos serviços, os seus dados pessoais podem ser compartilhados em razão da publicidade e/ou de outras exigências normativas, com cidadãos, Autoridades Públicas e/ou outras autoridades e centrais.

Cumpre destacar que os atos registrais possuem caráter público, delegados pelo poder estatal, e são abrangidos pelo princípio da publicidade, que é o instrumento que dá garantia de eficácia a esses atos, inclusive, servindo para proteção de interesses individuais e/ou coletivos. Dessa maneira, os atos registrais – e os dados que fazem parte do mesmo – podem ser acessados mediante solicitação de certidão.

Os demais dados pessoais que possam ser apresentados em razão do atendimento no Cartório, mas não constam no ato registral, ou seja, não constam nos livros, não são abrangidos pelo princípio da publicidade, assim sendo, somente são compartilhados com Autoridades Públicas e/ou outras autoridades e centrais por exigência normativa, bem como, em caso de legítimo interesse.

Se você for colaborador da Serventia, seus dados pessoais são compartilhados por força normativa e/ou de execução do contrato com as Autoridades Públicas e/ou empresas terceiras.

Assim sendo, tendo por finalidade respeitar as determinações legais e/ou prestar um serviço de qualidade, podemos compartilhar seus dados pessoais com:

Compartilhamento	Titular dos dados pessoais	Finalidade	Base Legal
Central Eletrônica de Registro de Imóveis do Estado de Minas Gerais (CRI-MG)	Usuários	Atender o ato normativo da Corregedoria-Geral de Justiça.	Provimento n. 93/2020/CGJMG

Compartilhamento	Titular dos dados pessoais	Finalidade	Base Legal
Operador Nacional do Serviço Eletrônico de Imóveis (ONR/SREI)	Usuários	Integrar o Cartório de Registro de Imóveis de Salinas - MG ao Sistema de Registro Eletrônico - SREI conforme provimento da CNJ.	Provimento n. 124/2021/CNJ
Receita Federal	Usuários	Atender a legislação tributária.	IN RFB n. 1112/2010
Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF)	Usuários	Atender à exigência legal de prevenção à lavagem de dinheiro e de financiamento ao terrorismo.	Provimento n. 88/2019/CNJ
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)	Usuários	Atender à exigência legal visando a regularização fundiária e manutenção do cadastro nacional de imóveis rurais	Provimento n. 93/2020/CGJMG; Lei n. 13.465/17; Decreto nº 9.310/18; Instrução Normativa n. 124/2022/INCRA;

Compartilhamento	Titular dos dados pessoais	Finalidade	Base Legal
Tribunais de Justiça; Corregedoria Nacional de Justiça; Corregedoria-Geral de Justiça	Usuários	Atender as demandas advindas do TJ, tornar possível a fiscalização e prestação de contas.	Provimento n. 93/2020/CGJMG
Central Nacional de Indisponibilidade de Bens (CNIB)	Usuários	Para comunicar e controlar as indisponibilidades de bens imóveis	Provimento n. 39/2014/CNJ
Outras Serventias	Usuários	Atender as demandas advindas de outras Serventias.	Provimento n. 93/2020/CGJMG
União, Estado e Município	Usuários	Cumprir com as obrigações legais impostas pelo Poder Público	Lei n. 6.015/73; Lei n. 6.766/79; Provimento n. 44/2015/CNJ; Provimento n. 93/2020/CGJMG

Compartilhamento	Titular dos dados pessoais	Finalidade	Base Legal
Prefácio comunicação/ CORI-MG	Usuários	Melhorar os serviços e garantir a segurança das informações (quando há acesso ao site ou envio de contato através deste).	Execução de contrato
Contabilidade Julimar e Clínica de Medicina do Trabalho Proseg	Colaboradores / Parceiros	Atender obrigação legal e executar o contrato de trabalho/ parceria	Provimento n. 45/2015/CNJ; Provimento n. 93/2020/CGJMG; Consolidação das Leis do Trabalho – CLT; NR 07 do Ministério do Trabalho
E-Social/MTE	Usuários	Atender a obrigação legal	Decreto n. 8.373/2014
Advlink; T.I.	Usuários	Realizar manutenção e suporte de rede de computadores e atender o provimento do CNJ	Provimento n. 74/2018/CNJ



DO TEMPO DE ARMAZENAMENTO E EXCLUSÃO DOS DADOS PESSOAIS:

Nosso Cartório adota a Tabela de Temporalidade de documentos anexa ao Provimento nº 50/2015/CNJ.

Após o decurso do prazo, previsto na Tabela de Temporalidade de Documentos referida, os documentos arquivados em meio físico são inutilizados, por processo de trituração ou fragmentação de papel, resguardados e preservados o interesse histórico e o sigilo, ressalvando-se os livros e os documentos para os quais é determinada a manutenção do original em papel, que estão arquivados permanentemente na Serventia.

No que tange aos dados pessoais de colaboradores, a Serventia os guarda pelo prazo constante na Política de Retenção e Descarte de Dados Pessoais, respeitando o disposto na Constituição Federal e legislações trabalhistas, previdenciárias e tributárias brasileiras.



DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DIGITAL (COOKIES)

O que são Cookies?

Um cookie é um pequeno arquivo de texto que um site armazena em seu dispositivo eletrônico contendo uma etiqueta de identificação exclusiva. Dessa forma, quando você visita nosso site pela primeira vez ele coleta e armazena dados que permite que nosso site lembre suas ações e preferências durante um período de validade, para que não seja necessário continuar a inseri-las sempre que retornar ao site. A validade dos cookies é definida pela quantidade de dias que ele fica armazenado, podendo ser de alguns minutos, a uma sessão ou até anos. Importante ressaltar que o fato de um cookie permanecer salvo não acarreta riscos, mas recomendamos usá-los com cautela em computadores de uso compartilhado, devendo, nesses casos, apagar os cookies no histórico de seu navegador.

Como usamos cookies?

Nosso site usa cookies para que possamos oferecer a melhor experiência de usuário possível. As informações de cookies são armazenadas em seu navegador e executam funções como reconhecê-lo quando você retorna ao nosso site e ajudar nossa equipe a entender quais seções do site você considera mais interessantes e úteis e outras variáveis que consideramos relevantes para tornar essa experiência muito mais eficiente, evitando fraudes e aprimorando a segurança do site. A plataforma utiliza cookies estritamente necessários, cookies de terceiros e cookies de anúncios, cujo você poderá exercer o controle.

Controle de Cookies

É oportuno informar que o CRI de Salinas não tem controle sobre os cookies coletados, que são próprios da plataforma, sendo estes utilizados para prestar um melhor serviço para você. Porém, a plataforma possui "aba de cookies", para que você possa habilitá-los segundo seus interesses, podendo habilitar apenas os cookies estritamente necessários..

Como posso excluir os cookies?

Você pode excluir os cookies já armazenados no seu computador, por exemplo:

- a. no Internet Explorer (versão 10), você deve excluir manualmente o cookie arquivos (você pode encontrar instruções para fazer isso em <http://support.microsoft.com/kb/278835>);
- b. no Firefox (versão 24), você pode excluir os cookies clicando em "Ferramentas", "Opções" e "Privacidade" e selecione "Usar configurações personalizadas para histórico", clique em "Mostrar cookies" e, em seguida, clique em "Remover Cookies"; e
- c. no Chrome (versão 29), você pode excluir todos os cookies acessando o Menu "Personalizar e controlar", clicar em "Configurações", "Mostrar configurações avançadas" e "Limpar dados de navegação" e selecione "Exclua cookies e outros dados do site e do plug-in" antes de clicar em "Limpar Dados de navegação."

A exclusão de cookies poderá ter um impacto negativo no uso de muitos sites.



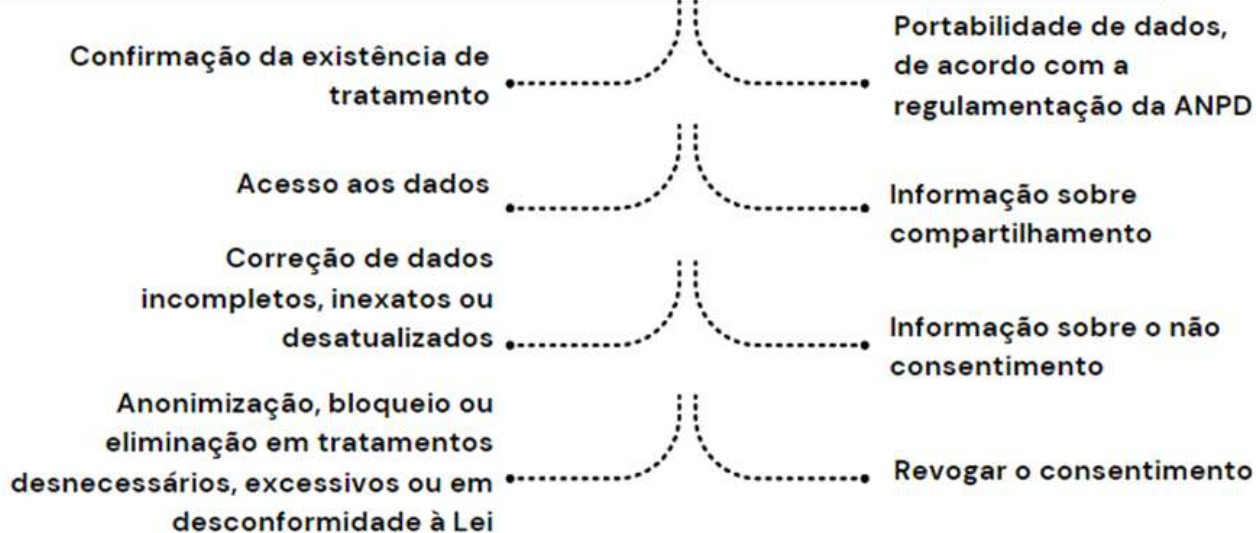
COMO VOCÊ PODE CONTRIBUIR PARA PROTEGER AINDA MAIS SEUS DADOS PESSOAIS:

Você também é responsável pelo sigilo dos seus dados pessoais, dessa forma, verifique se digitou o endereço correto do nosso site, nosso número de telefone e/ou e-mail corretamente; evite vir através de links compartilhados por outros canais; tenha certeza de que possui um antivírus válido, atualizado e eficaz; certifique-se apagar seus dados de navegação sempre que utilizar uma rede compartilhada; não abra qualquer arquivo enviado em nosso nome que tenha extensão .exe, .com ou outras, verifique se o canal que enviou o e-mail é mesmo o oficial da Serventia.



QUAIS SÃO SEUS DIREITOS E COMO PODE EXERCÊ-LOS:

DIREITOS DOS TITULARES DE DADOS:



Nós, do Cartório de Registro de Imóveis de Salinas – MG, achamos importante que você, nosso usuário/colaborador/parceiro/terceiro, conheça seus direitos e como exercê-los, afinal, você tem autodeterminação sobre eles e buscamos respeitá-los em todos os limites legais.

Dessa maneira, deixamos canais abertos para que possa exercer quaisquer um desses direitos ou ter as devidas explicações cabíveis. Assim, você pode entrar em contato conosco através do site www.registroimoveis.org.br/lgpd ou diretamente através do e-mail do encarregado de dados, yuriborboremarisalinas@gmail.com.



Não tem como enviar via site ou e-mail? Entre em contato com um de nossos colaboradores-atendentes que ele promoverá este contato por você.

É importante entender que a gratuidade do livre acesso dos titulares de dados é restrita aos dados pessoais constantes nos sistemas administrativos da Serventia, não abrangendo os dados próprios do acervo registral e não podendo, em qualquer hipótese, alcançar ou implicar a prática de atos inerentes à prestação dos serviços registrares dotados de fé-pública, em conformidade com o art. 20 do Provimento nº 134/2022/CNJ.



PASSO A PASSO PARA ENTRAR EM CONTATO COM O DPO PELO SITE:

Acesse o site www.registrodeimoveis.org.br/lgpd e escolha a opção Oficial Registro de Imóveis.



● ONR | 🔒 INTRANET



[Institucional](#)

[Serviços](#)

[Notícias](#)

[Orientações](#)

[Fale Conosco](#)

Canal de atendimento ao Titular de Dados Pessoais

Utilize o formulário abaixo para fazer seu pedido por informações sobre a existência de eventuais dados pessoais no ofício de Registro de Imóveis desejado. Caso o cartório ou a cidade não estejam disponíveis entre as opções, isso significa que o oficial ainda não se utiliza da plataforma do RIB como canal de atendimento. Neste caso, os pedidos devem ser feitos diretamente ao registrador.

Desejo solicitar minhas informações vinculadas a(o):

☒ Oficial Registro de Imóveis

☐ Associação

Preencha todos os dados solicitados.

Estado do cartório *:	Cidade do cartório *:	
Minas Gerais	Salinas	
Serventia *:		
Registro de Imóveis de Salinas		
CPF *:	Nome completo *:	
Nome completo da mãe *:	Nome completo do pai:	
Data de nascimento *:	E-mail *:	Celular *:

Em seguida explique quais as informações você precisa e faça a solicitação;

Detalhes da solicitação *
Fazer solicitação



O prazo para resposta é de até 15 dias contados a partir da data da requisição.



ATUALIZAÇÃO DA NOSSA POLÍTICA DE PRIVACIDADE

Nós podemos modificar essa política de privacidade a qualquer momento, divulgando uma versão revisada em nosso balcão. As alterações serão imediatamente colocadas em prática após a alteração. Dessa maneira recomendamos que seja consultada com regularidade e verificada a data de modificação.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se você leu e compreendeu plenamente nossa Política de Privacidade e não quiser compartilhar quaisquer dados pessoais conosco, deverá, se o atendimento for remoto, desconectar-se e/ou desligar, interrompendo o uso dos nossos serviços imediatamente, em caso de atendimento presencial, não utilizar nenhum de nossos serviços.

Informamos, de pronto, que os dados coletados através dos nossos serviços são fundamentados nas hipóteses previstas na LGPD. Portanto, se você é nosso usuário, seus dados pessoais coletados são fundamentados na hipótese de obrigação legal; se você for nosso colaborador e /ou parceiro, seus dados são coletados tanto para obrigação legal, quanto para execução do contrato; já se você faz parte do nosso banco de candidatos à vaga de emprego, somente coletamos seus dados com seu consentimento, e este é coletado de forma livre, informada e inequívoca, e você pode revogá-lo a qualquer momento.

Se tiver alguma dúvida ou requisição referente a proteção de dados pessoais, lembramos novamente que você pode entrar em contato conosco pelo e-mail "yuriborboremarisalinass@gmail.com".



GLOSSÁRIO

Dado pessoal: informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável;

Dado pessoal sensível: dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural;

Dado anonimizado: dado relativo a titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento;

Banco de dados: conjunto estruturado de dados pessoais, estabelecido em um ou em vários locais, em suporte eletrônico ou físico;

Titular: pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento;

Controlador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais;

Operador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador;

Encarregado: pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);

Agentes de tratamento: o controlador e o operador;

Tratamento: toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração;

Anonimização: utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento, por meio dos quais um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo;

Consentimento: manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada;

Eliminação: exclusão de dado ou de conjunto de dados armazenados em banco de dados, independentemente do procedimento empregado;

Compartilhamento de dados: comunicação, difusão, interconexão de dados pessoais ou tratamento compartilhado de bancos de dados pessoais por órgãos e entidades públicos no cumprimento de suas competências legais, ou entre esses e entes privados, reciprocamente, com autorização específica, para uma ou mais modalidades de tratamento permitidas por esses entes públicos, ou entre entes privados;

Autoridade Nacional de Proteção de Dados: órgão da administração pública responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento desta Lei em todo o território nacional.